

**DOS TERRITÓRIOS LINHAGEIROS AOS REGULADOS
COLONIAIS NO VALE DO LÚRIO
E NA CIRCUNSCRIÇÃO DE MONTEPUEZ
DURANTE E APÓS A COMPANHIA DO NIASSA.
Notas exploratórias para uma análise
antropológica da cartografia.**

Eduardo Medeiros¹

pp 269-298

Apresentação

A utilização de mapas de escalas e épocas diferentes da região sobre a qual incide o trabalho de campo do etnógrafo é um procedimento habitual. Para o estudo das sociedades agrícolas do norte² de Moçambique como as do vale do rio Lúrio e região de Montepuez de que me ocupo neste texto, a cartografia fisiográfica, corográfica, geológica, de solos, agrícola e militar é indispensável. Também a análise comparada da cartografia de momentos históricos distintos torna-se necessária para a compreensão dos espaços sociais numa perspectiva diacrónica. Mas ao fazê-lo, esta última *démarche* alerta-nos igualmente para o entendimento antropológico que tiveram os cartógrafos em cada época histórica, e isto no respeitante aos espaços humanos indicados, fronteiras desses espaços, vias de comunicação, rotas de comércio, locais de mercado,

¹ Núcleo de Estudos Sobre África, do Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades (CIDEHUS), da Universidade de Évora.

² Neste artigo uso a expressão «norte de Moçambique» para designar o território que corre do rio Ligonha ao rio Rovuma.

residências chefais, etc. De um modo geral, quase toda a cartografia antiga da região³ é notável ao apresentar vários desses aspectos, mas lacunar noutros.

Através da reanálise etnológica dos dados etnográficos, históricos e cartográficos conhecidos do vale do rio Lúrio e da circunscrição de Montepuez, o meu propósito neste artigo é apresentar uma reflexão sobre os diversos espaços sociais, culturais e políticos que se foram forjando ao longo do tempo sobre uma matriz sócio-cultural comum que envolvia todas as comunidades que por ali se instalaram. Desta feita pretendo contribuir para uma releitura sócio-antropológica (de várias possíveis) do espólio cartográfico da região. A minha contribuição procurará mostrar o carácter «movediço» das «fronteiras “étnicas”, “sub-étnicas”, «clánicas» e «políticas», a emergência e morte de identidades sociais, e a «fixação» pelo cartógrafo e, portanto, pelo colonizador, de «fronteiras» durante a conquista e a montagem administrativa.

Começarei por afirmar, de modo muito sucinto, que o advento de territórios etnolinguísticos e espaços políticos que foram sendo mencionados na documentação portuguesa desde seiscentos ou que foram considerados como tais pela documentação posterior merecem hoje uma releitura e atenção metodológica particulares.

³ Refiro aqui alguns desses mapas: Augusto Cardoso/Serpa Pinto Carta provisória da viagem de exploração de Serpa Pinto e Augusto Cardoso [Material cartográfico: 1884-1886: Província de Moçambique. - Escala 1:2000000. - [Lisboa], Sociedade de Geografia de Lisboa, [1886]. - 1 carta impressa em papel: 35,70x39,60 cm em folha de 52,30x47,00 cm <http://purl.pt/1951> - Contém escala gráfica de “100 Kilom.” (Ver também Santos, 1988, 2ª ed.). J.R. da Palma Velho, Carta corografica da costa do distrito de Cabo Delgado [material cartográfico]. - 1882-1885 - 4 fls. - Cópia de 1899. Cota: 6-D-30 | Soc. Geog. Lx. Map of the district of Cabo Delgado [material cartográfico]: through wich the Nyassa railway is under construction from the sueveys - 1885-1887. - 1 mapa colorido: 373 x 563 mm. Cota: 2-D-22 | Sociedade de Geografia de Lisboa. Ministério das Colónias (Portugal). Cabo Delgado [material cartográfico]/Comissão de Cartografia. - Escala 1:1.000.000. - 1911 - 1 Mapa; 550X530mm. - Folha 6. Cota: MP 1-J-13 | ICP. MOÇAMBIQUE. Missão Geográfica. Carta da colónia de Moçambique [material cartográfico]: Marrupa - Meluca - Montepuez/Missão de Geográfica; col. por Repartição Técnica de Agrimensura. - Escala 1:500.000. - [Lisboa]: Ministerio das Colónias. Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais, 1946. - 1 Mapa; 660 x 870 mm.. Cota: MP 1-B-48 | ICP. A reter também as indicações de Livingstone (vide Referências para este autor, 1881), Johnson, 1897, Maples, 1897.

O aparecimento na região de «etnias», «subetnias», «comunidades» e «espaços políticos» autónomos com ou sem especificidades dialectais e culturais resultaram de transformações internas e de diferentes impactos externos, incluindo de antigas comunidades de caça e colecta e dos comerciantes árabes e arabizados que se foram instalando no litoral Índico. Impactos estes que foram sendo absorvidos localmente de maneira diferente e que provocaram também especificidades na produção para o comércio inter-regional e do Índico. Equacionarei ao longo do texto algumas hipóteses que permitam compreender as origens e a estruturação regional das diferentes entidades históricas que foram surgindo neste norte de Moçambique.

Antes do segundo quartel do século XX não havia propriamente neste território o reduzido mapa «étnico» que existe hoje. Embora, como disse, com uma matriz sócio-cultural comum, a situação etnológica era muito mais diversificada. Havia vários grupos de cultivadores, cada qual com sua designação e com chefias territoriais matrilineares próprias, umas maiores que outras, sendo que o segmento local do clã da matriarca funcionava sempre como o principal pólo de lealdade para qualquer indivíduo. Esse tipo de integração (forçada muitas vezes, pois resultante do casamento por rapto e obtenção de cativos masculinos) era comum a todas as comunidades nortenhas.

A primeira construção conhecida da relação do eu (nós) com o “outro” (os estranhos), ou seja, a primeira construção da alteridade provocada por culturas alófilas no norte de Moçambique foi a Macua (Makhuwa)/Maca⁴, sendo o primeiro etnónimo usado pelas comunidades islamizadas que viviam no litoral para designar todos (sublinho este *todos*) os povos do interior, sem excepção. Este nome viria a ser retomado e fixado desde os primeiros escritos portugueses (Fr. João dos Santos, 1999 [1609]) e teve até aos nossos dias uma complexa história (Medeiros, 1995). Por sua vez, os povos do interior designavam os muçulmanos do litoral por Macas, termo que tanto podia significar “sal”,

⁴ Também a evolução da grafia e do uso dos epónimos e topónimos deveria mercer uma atenção particular, mas não o fazemos neste artigo. Optei por apresentá-los na formulação portuguesa actual.

como “Meca”. Num outro artigo (Medeiros, 2001), defendi que estas e outras designações que foram surgindo se polarizavam entre os extremos nós/eles, cultura/selvajaria, ordem/desordem, conhecido/exótico, e que foram retomadas pela historiografia moçambicana sem uma profunda crítica das fontes, pois as estruturas sociais reais de identidades eram e são geralmente mais complexas Liesegang (1998:109), e houve identidades dentro de outras identidades, identidades que ultrapassam outras, etc.

Como o estudo do outro faz parte do estudo antropológico da cognição, das relações sociais, da construção de identidades, etc., e a Antropologia colonial foi muito pouco expressiva sobre este Norte até à Independência, a Historiografia moçambicana, e portanto a análise cartográfica sobre estas questões manifestou-se com muitas lacunas.

Características sócio-políticas das comunidades do norte de Moçambique na longa duração

Nada permite identificar no estado actual dos nossos conhecimentos, espaços culturais e territórios políticos que os agricultores bantu da Idade do Ferro Inferior (IFI) tenham criado entre o II^o Século a.C. e os séculos XI-XV d.C. em toda a região nortenha que corre do rio Ligonha ao rio Rovuma. A Arqueologia e a Linguística apenas nos dizem que o povoamento deste território setentrional foi geograficamente heterogéneo e descontínuo, portanto, escalonado no tempo, difuso e lento. Por volta do século XI ter-se-á começado a processar em certas regiões uma passagem brusca da IFI para a Idade do Ferro Superior (IFS) (Adamovitch, 1985: 12), sendo que foi no decorrer dos séculos XIV e XV que se registou o povoamento mais importante por agricultores da IFS (Adamovitch, 1987:72). Mas qualquer que tenham sido as etapas da ocupação do território, não terá havido um único processo e uma padronização na mudança da IFI para a IFS, o que deixa supor as seguintes hipóteses: (i) ocupação de regiões por comunidades com mais avançadas tecnologias agrícolas e do trabalho do ferro, (ii) transformações assinaláveis em comunidades agrícolas preexistentes nas regiões com melhores condições para a agricultura e com minério de

ferro à superfície, (iii) influência exercida sobre as comunidades africanas pelos comerciantes que se instalaram no litoral e ilhas da costa oriental africana a partir do século VII, ou mesmo antes.

Tão pouco é cientificamente permitido projectar para um passado anterior ao século XVIII, e nalgumas regiões ao século XIX, identidades etnolinguísticas tais quais as conhecemos hoje. Dito de outro modo: nada nos permite projectar para um passado distante de um século e meio ou dois séculos as entidades sociais conhecidas nos tempos modernos. A história da formação de espaços e identidades conhecidas na sua fermentação desde há pouco mais de cem anos foi um fenómeno extraordinariamente complexo e o produto de um longo e localizado processo. Esses espaços sociais e políticos tiveram nomes atribuídos pelos estranhos e nalguns casos pelas próprias comunidades. No fundo, tratava-se pura e simplesmente de sistemas classificativos de culturas que se pretendiam diferentes, tendo essa classificação sido começada pelos próprios muçulmanos do litoral, como vimos. A documentação portuguesa registou alguns desses hepónimos. Mas esses hepónimos usados na documentação portuguesa dos séculos XVI, XVII, XVIII e mesmo no século XIX não tinham a significação que hoje lhes damos, nem passaram a ser reconhecidos por aqueles que se pretendiam designar nos tempos modernos. Os epónimos que passaram a ser universalizados desde a época colonial recente e agora no Estado Independente resultaram de políticas de classificação ontem, e resultam de discursos classificatórios de etnicidades, hoje.

Devo, no entanto, assinalar desde já que apesar do processo dos diversos povoamentos terem dado origem a diferenciações regionais que estiveram na origem de dialectos específicos e espaços sociais próprios, os estudos arqueológicos, antropológicos e linguísticos também têm mostrado que as populações que se instalaram neste Norte desde há muitos séculos – excluindo pequenas bolsas de ocupação recente, como as dos Angones⁵ – constituíam e constituem ainda hoje, do ponto de vista antropológico, uma área sócio-cultural e linguística muito homogénea.

⁵ Mostrei num outro texto que estes «Angones» têm uma origem no povo Angune do Sul, mas são já grupos «angunizados» (Medeiros, 1997).

Todos possuíam (possuem) sistemas idênticos de organização económica e social, caracterizados pela existência de clãs exogâmicos matrilineares, seccionados em linhagens e segmentos de linhagem, formando estas as unidades elementares de produção. Todos eles cultivavam, tubérculos e raízes nas regiões de floresta húmida, cultivavam e cultivam mapiras (sorgos), mexoeiras e eleusinas sobre queimadas, procurando ciclicamente novas terras de cultivo, naquilo que ficou designado por «agricultura itinerante». Só na última centúria – um pouco antes em raras regiões muito localizadas – estas culturas foram substituídas ou complementadas pelo milho grosso e pela mandioca.

As regiões mais propícias para a agricultura e com abundância de caça foram as mais procuradas. Pelo invés destas razões, as zonas mais inóspitas serviram de refúgio aquando das guerras, sobretudo do tráfico escravagista (*V.g.* a região maconde, e vários «quilombos» que se formaram em todo o Norte (Capela, 2006), dos quais o dos Namarrais), e a faixa costeira apenas se tornou mais povoada durante o século XIX por causa do comércio oceaníndico e, em particular, do comércio de escravos. Admitindo que no povoamento inicial da IFI e no povoamento posterior da IFS havia troncos linguísticos comuns, as diferentes comunidades assim dispersas acabaram por falar, com o tempo, dialectos de uma mesma língua, sobre a qual os bantuistas se têm preocupado muito pouco⁶. Mas apesar do relativo isolamento caracterizando cada uma das comunidades que foram ocupando ou reocupando cada uma dessas regiões, o contacto continuado dos diferentes dialectos com línguas recém-chegadas terá aprofundado a diferenciação dos diferentes falares que foram marcando o território. Nas zonas de fronteira linguística a comunicação terá sido, como o é hoje, quase sempre mais fácil entre dialectos mesmo provenientes de idiomas diversos do que entre dialectos afastados provenientes da língua comum. A delimitação dos territórios sociais e a sua reprodução são influenciadas pela existência de recursos ou supostos recursos, em torno dos quais os grupos se reúnem. A localidade foi sempre uma das fontes de territorialidade e identidade. Podemos por isso afirmar que a territorialidade nestas

⁶ Ressalvo a extraordinária contribuição do belga Coupez e seus colaboradores nas décadas de 1960-1970.

comunidades e os comportamentos ligados a identidades se localizam parcialmente numa zona tanto subconsciente como meta-linguística. As etnias e as etnicidades não são criadas segundo um plano. Surgem como aspectos da cultura, como resultado, às vezes secundário, da formação de domínios políticos e do surgimento de espaços sociais. As diferenciações regionais, incluindo linguísticas, foram-se formando, “numa territorialidade social com os seus sistemas de delimitação e de defesa de espaços sociais, bem como uma identidade e processos de identificação” [Liesegang, 1998:102]. Há mecanismos inatos e quase automáticos de defesa e de expansão de espaços, porque estes albergam recursos importantes para a sobrevivência do indivíduo e dos seus descendentes e do grupo em geral [Liesegang, 1998:103 e 104]. As divisões étnicas eram e são-no ainda hoje uma cobertura ideológica por onde se tornam visíveis as tensões sociais políticas e económicas das populações do território. Por sua vez a ideologia da etnicidade espontânea tem um eco imediato porque oferece resposta a problemas perenes da vida: como questões de sobrevivência, reprodução social, etc. Um território social não é uma forma vazia; é um espaço onde se exercem certas actividades com mais ou menos frequência, racionalidade, com mais ou menos saber, perfeição e sucesso. Em parte isto determina a sua sobrevivência.

Por causa das diferenciações no espaço e no tempo que se foram estabelecendo no seio destes agricultores houve portanto antes do século X, no século XIV, no século XVI, etc., grupos humanos que os antropólogos clássicos chamariam «étnicos». Cada um desses grupos, enquanto existiram como tal, foram tendo um núcleo territorial central, mas estendendo-se por vezes a «etnia» para além do território, de tal modo, que a mesma malha clânica enredava várias «etnias».

Veremos que no tempo colonial a localidade imposta pela administração teve também uma função no processo de identificação. As unidades administrativas coloniais constituíram unidades novas que se prolongaram aliás pelo Estado Independente.

Importa todavia assinalar que existe um tipo de formação claramente definido como «étnico» e nitidamente diferenciável de outro tipo

de argumentos (regionais, estratos sociais, etc.). Há «unidades étnicas» nas quais a componente cultural é importante, noutros casos são decisivos os etnocentrismos baseados em tradições políticas ou pertença religiosa. Não podemos compreender a formação da «etnia Meto» no vale do Lúrio e Montepuez sem a sua organização política e o Islão.

A territorialidade no vale do Lúrio e na região de Montepuez

Para um passado não muito distante, podemos caracterizar igualmente as comunidades modernas do vale do rio Lúrio e da região de Montepuez como sociedades agrícolas de sequeiro, numa agricultura itinerante, organizadas socialmente em clãs matrilineares (*mahimo*, singular: *nihimo*), cujas matrinhagens eram, a nível local, a base social da produção e da reprodução social.

Embora o modelo fosse o mesmo em todo o território nortenho, apresentado mais acima, houve especificidades locais na organização política de um conjunto territorial de linhagens. Isto deveu-se a diferentes causas. A destacar nas causas internas a anterioridade do povoamento da zona Lúrio-Montepuez, o fluxo e refluxo de gente, as calamidades naturais, as invasões, etc. Das causas externas são de realçar os diferenciados impactos do comércio mercantil do marfim e de outros produtos naturais, mas sobretudo do tráfico de escravos durante os séculos XVIII e XIX. Estes comércios implicavam «centros de produção» e «rotas do trato». A produção de oleaginosas e a recolha de produtos de origem vegetal para o mercado durante a segunda metade do século XIX pressupunham zonas de cultivo, territórios de colecta e a sua comercialização na costa oceanindica. Em meados do século XIX, começou a assistir-se, aliás, a uma nova forma de transaccionar o marfim, esta baseada na caça sistemática de elefantes levada a cabo por caçadores «profissionais» equipados com armas de fogo⁷. O fenómeno inseriu-se numa política cujo objectivo imperialista era intensificar a exploração dos recursos africanos, a qual se estava a revelar

⁷ Não existe trabalho consistente sobre o comércio de armas de fogo e pólvora no século XIX neste norte de Moçambique.

um poderoso instrumento de expansão rumo ao interior (Newitt, 1997: 244). Em cada uma destas diferentes regiões assistiu-se à formação de entidades próprias e ao surgimento, por períodos temporalmente datados, de estruturas políticas específicas que controlavam a “produção” e as rotas do comércio.

O tráfico de escravos envolveu directa ou indirectamente todas as comunidades que ali viviam e muitas outras a ocidente, algumas para além dos limites que seriam no final do século XIX as fronteiras coloniais. Esse envolvimento conduziu também à absorção de todos aqueles que nessa época invadiram o território, como Maraves e Angones, ou simplesmente daqueles que ali iam negociar, como Mujojos, Sacalaves de Madagáscar, Baneanes da Índia, Europeus e mestiços vários, dos quais o exemplo mais acabado foram os “Filhos do Ibo”. Na década de 1840, a confluência de factores como o comércio de escravos, as grandes secas, bem como a chegada dos Angones deram origem a uma série de mudanças políticas e económicas de importância considerável (Newitt, *Idem*). Da velha “anarquia linhageira” emergiu uma estrutura política e um poder centralizado que não dissolveu no entanto a antiga organização segmentária. Surgiram, porém, estruturas políticas particulares, desconhecidas até então, e uma nova terminologia política. Por intermédio de um aparelho de Estado embrionário e de executores especializados (conselheiros, sipaios, mensageiros, curandeiros, etc.) a aristocracia dominante passou a tributar parentes e súbditos directamente, servindo-se dos canais de subordinação dentro das linhagens e entre elas.

Em primeiro lugar, a linhagem dominante diferenciou-se das restantes linhagens livres, adquirindo os seus membros um estatuto aristocrático privilegiado. Em segundo lugar, o chefe desta linhagem, titular da chefatura tradicional, portanto o antigo *mwene mulupale* (chefe grande do clã a nível local) tornou-se o *mfalume*, *hakimu* ou *mpêwe*, isto é, “rei” de seu “reino”. A sua descendência aristocrática tornou-se a dos nobres, *achimpêwe*; depois, os filhos e os netos do *mfalume* viram a sua posição social e estatutária tornar-se mais importante e isto tanto para os filhos de mulheres livres como para os filhos de cativas. Os *amuanamwene* (“filhos” do *mwene*) e de uma mulher livre, pertencendo

por conseguinte ao clã da mãe, adquiriam uma notável posição no seio das respectivas linhagens. Mas eram os *amuanamwene*, filhos de cativas, que constituíam a armadura fundamental do novo edifício político: estes *amunamwene* (ou *amuanampêwe*) eram os enviados do chefe para reconhecer novas terras, para dirigir expedições de caça e campanhas de razia militar, para organizar e comandar caravanas que iam até ao litoral Indico. Os *mamwene* desconfiavam muito dos seus sobrinhos, pois estes podiam ambicionar à chefia do território ou provocar uma cisão linhageira e uma secessão territorial, por isso, o papel principal dos filhos do *mpêwe* e de cativas foi a formação de pequenas chefias territoriais dependentes, quer no interior mesmo das terras do *mpêwe*, mas sobretudo na rota das caravanas. Assim se compreenderá o povoamento do baixo Lúrio, vazio no Mapa de 1893, que analisarei mais adiante.

Finalmente, as linhagens livres do clã dominante e dos outros clãs representados no território mas subordinadas à descendência do *mpêwe* reproduziam de certa maneira a estrutura política antiga, formando assim um conjunto de pequenas chefias subordinadas. O tributo circulava no sentido inverso da cadeia *mpêwe-mwene mulupale-mamwene akhâni - mahumu - napili - tâta*, isto é, “rei” (chefe territorial grande), chefe territorial mais pequeno, chefe de linhagem, chefe de segmento de linhagem, chefe da família uterina local.

O largo conjunto geopolítico assim estruturado tinha tendência a definir-se como uma identidade própria, com mecanismos de reprodução baseados nos cativos e na procura de escravos noutras comunidades (idênticas), desde logo consideradas como bárbaras e selvagens.

Como as rotas do comércio se orientavam quase sempre no sentido ocidente-orientado e vice-versa, estabeleceu-se neste sentido uma cadeia de alianças entre as chefaturas participantes do tráfico e as chefaturas por onde transitavam as caravanas. Mas estas últimas nem sempre se prestavam à colaboração e muitas vezes capturadores e cativos caíam nas mãos das comunidades por onde passavam. As razias para a captura de escravos faziam-se sobretudo nas formações sociais que viviam a norte e a sul das chefaturas relacionadas entre si por pactos de aliança.

Mas por causa da perturbação causada pelo contínuo tráfico de escravos e pela actividade cada vez mais agressiva dos negreiros da costa, a captura de escravos para o comércio começou a fazer-se no interior do próprio grupo tribal e da chefatura, o que, no caso do Mêto, acentuou mais ainda as clivagens sociais no seio destas comunidades.

Presume-se ter sido a partir da segunda metade do século XVIII que se formou e se desenvolveu a grande confederação de chefaturas no sul de Cabo Delgado. Todavia, é para o século XIX e particularmente para a segunda metade desse Século que começa a conhecer-se bastante bem a confederação dos Mêto, e as chefaturas Eráti e Chaca de Namapa, na margem sul imediata do rio Lúrio.

Segundo a sua posição geográfica e ecológica havia chefaturas mais envolvidas que outras na produção mercantil; por exemplo, as mais próximas dos territórios de caça ao elefante e as fornecedoras de escravos. Para cada uma destas «produções», ambas necessitavam uma organização política centralizada e uma organização militar eficaz. Nas «etnias» e «subetnias» mais afastadas do comércio de longa distância e da produção mercantil a escravatura doméstica era menor e os cativos que se faziam eram, na maior parte, vendidos aos vizinhos esclavagistas. Estas comunidades eram geralmente presa fácil dos capturadores de escravos.

A prática esclavagista teve como primeira consequência o exacerbação da estigmatização das alteridades e, como segunda, a formação de circuitos económicos do tráfico num sistema em rede, decalcado, embora reestruturado e muito alargado, das antigas rotas do marfim. Na época do tráfico da escravatura, *grosso modo* nos séculos XVIII e XIX, a antiga estrutura do poder linhageiro modificou-se, acabando por dar origem à formação de grandes chefaturas nas quais se desenvolveu uma hierarquia de linhagens livres e uma constelação de linhagens cativas como deixei antever mais acima. Como consequência destas duas consequências registou-se a formação de espaços políticos de pequena, média e por vezes longa duração, estruturados amiúde pela rede do parentesco, na qual, filhos cativos dos chefes desempenhavam um papel fundamental no controlo dos pontos estratégicos das rotas,

“produção” de escravos e de marfim. Quase sempre estes espaços políticos não estavam definidos por fronteiras rígidas, e prolongavam-se para além de outros espaços. Outra característica definiu a rede chefal nesta zona a partir da segunda metade do século XIX: o Islão (Medeiros, 2006). A maioria dos chefes do sul de Cabo Delgado era sumariamente crente em Mahomed, e o clã Mwekoni pontificava e controlava as rotas das caravanas e dava origem à identidade Meto através de chefaturas maiores e menores – estes dois termos tem a ver com a senioridade clânica – relacionadas pelos laços consanguíneos do clã e por relações de aliança com outras chefaturas.

Como resultado das alteridades e da criação de espaços políticos de média e longa duração, registou-se a constituição de identidades culturais específicas, num jogo de diferenças, marcadas no idioma da classe dominante, o *emettho*, e simbolicamente na pele as tatuagens e na carne as mutilações corporais. Cada comunidade com referências sempre a mitos de origem distintos.

Ora, quando se processou a conquista colonial e, particularmente a montagem do(s) aparelho(s) administrativos, o colonizador encontrou essas especificidades, mas pretendeu actuar segundo modelos próprios no distrito de Moçambique (hoje província de Nampula) e nos de Cabo Delgado e Niassa, territórios concedidos a uma Majestática. No primeiro caso, a administração pretendia ser mais directa (Pinhal, 1971) e, no segundo, mais indirecta, servindo-se das chefias africanas (Medeiros, 1997). Num e noutro caso as chefaturas, «maiores» e «menores» foram sendo transformadas em regulados da administração colonial, nem sempre da maneira mais criteriosa.

O vale do rio Lúrio tornou-se assim uma linha de marcação para as diversas comunidades «macuas» das duas margens que souberam, no entanto, até aos anos trinta do século XX, tirar partido dessas diferenças administrativas (Pimentel, 1927, Geffray, 1984, Medeiros, 1986, 1997, 2000, 2002, João, 1989, 1993, Ivala, 1993, Conceição, 1993, 2006, Pedro, 1995).

A conquista e ocupação coloniais

O meu enfoque neste artigo restringe-se aos territórios do baixo Lúrio e Montepuez. Por isso, é para estes territórios que apresento algumas etapas da conquista. Depois do período de reconhecimentos – durante o qual foi produzida alguma cartografia⁸ –, e dos acordos de delimitação de fronteiras entre os territórios de influência colonial britânica, alemã e portuguesa, entre 1887 e 1891, – *Idem* –, começou a esboçar-se a ocupação e conquista coloniais propriamente ditas. Esta fase ocorreu nos territórios atribuídos à *Majestática*, *grosso modo* entre 1899 e 1912. Foi um longo período de combates, coexistência de zonas dominadas e semi-dominadas onde se pagava o imposto, e de zonas independentes (Pélissier, 1988, Newitt, 1997 (1995)). Durante a Primeira Guerra Mundial, administradores e funcionários da *Companhia* abandonaram o território, palco de combates, e alguns chefes africanos tentaram readquirir ou reafirmar a sua independência. Foi uma quimera! Tudo terminou por volta de 1918/20, quando todo o território passou a estar definitivamente envolvido na teia das relações de subordinação ao capital-colonial. O monstro ausente e desconhecido – a *Companhia* – parecia não existir. Mas em nome desse “monstro”, um outro mundo de relações (coloniais) de subordinação política e económica se forjariam.

Até 1891, os portugueses ocupavam quase que exclusivamente a Ilha do Ibo e algumas povoações costeiras, e mantinham contactos comerciais regulares com estabelecimentos no litoral em direcção ao Rovuma, povoações estas que procuravam manter defendidas. A defesa constituía a principal actividade policial e militar de ocupação das terras de Cabo Delgado. Em 1894, a *Companhia do Niassa* tomou posse formal do território e instalou ao longo da costa quatro postos alfandegários: Ibo, Quisanga, Palma e Mocímboa. Por volta de 1897 sucederam-se os ataques no território do Mêto por parte do Mualia com o apoio do Mueri de Montepuez. Em 1898, a *Majestática* conseguiu obter a jurisdição do Ibo que até à data pertencia directamente ao Estado português, e instalou novos postos alfandegários em Pemba e na foz do rio Lúrio. Foi a partir desta data que começou a ocupação do Niassa.

⁸ Vide Maria Emília Madeira Santos, 1988.

No país Mêto, de Ancuabe a Balama e do rio Lúrio ao rio Messalo, o clã dominante *mwekoni*, apesar da resistência armada de alguns dos seus chefes das linhagens espalhadas pelo território, em particular Mualia, aceitaram rapidamente o papel de subordinados na administração colonial da *Companhia*, que pretendeu estabelecer na altura um princípio de organização territorial associando vários chefes sob a responsabilidade de um capitão-mor. Deste modo, os chefes *ekoni* (plural de *mwekoni*) passaram a participar na colecta do imposto de palhota e continuaram a controlar as caravanas do comércio de longa distância que passavam pelas suas terras, incluindo o comércio de contrabando das firmas instaladas no território que faziam negócio com o distrito de Moçambique por causa da diferença das pautas alfandegárias mais vantajosas no território da *Majestática*. O país Mêto era rico em produtos agrícolas e pensava-se que havia no seu subsolo importantes jazidas de ferro e carvão, particularmente na região de Montepuez. Outros «Macuas» de Marrupa a Cuamba aceitaram o combate, mas foram derrotados. Foi o caso do Cuamba (Kwamba) em 1899 e Maua (Mahúa) em 1902.

Em 1900, uma outra coluna do exército da *Companhia* foi até ao Lago passando pelo Mêdo (Montepuez-Namuno). Esta região tornava-se deste modo um ponto estratégico fundamental para a conquista a ocidente, norte e sul.

Mas antes do assalto final ao Mataka, no Niassa, a *Companhia* chegou a retroceder em todo o território entre 1902 e 1908, período em que não se registaram novas expedições militares. Os postos militares do ocupante, isolados e eram atacados sempre que tentavam intrometer-se nos assuntos locais. A circulação dos colonos entre o Mêto e os Lagos tornou-se praticamente impossível e as caravanas que abasteciam os postos militares e administrativos também eram atacadas.

Em 1911 e 1912, foram criados mais onze postos militares no interior dos distritos costeiros, entre os Maconde e os Macua, onde se cobrava o imposto de palhota e se fazia o comércio. Registou-se neste período um novo ataque das chefaturas *ekoni* do Mêto.

Com as hostilidades militares entre alemães, ingleses e portugueses no norte de Moçambique, em 1918, no contexto da Iª Guerra Mundial, a administração da *Companhia do Niassa* desapareceu completamente de muitas zonas, não obstante, as acções militares dos dois campos imperialistas deram origem a uma maior extensão e melhoramento de estradas e picadas abertas por milhares de Moçambicanos que para tal foram compelidos.

De um modo geral, as comunidades locais mantiveram-se à margem das acções militares dos portugueses e alemães. Contudo, alguns chefes puseram-se ao lado dos germânicos e outros do lado dos portugueses e ingleses com vista a posteriores benefícios políticos que não se revelaram verdadeiros, nem para um lado nem para outro.

No fim da contenda mundial, o exército português e as milícias da *Companhia* lançaram o último assalto às regiões ainda livres do controlo colonial. No dobrar de 1918 para 1919 foi restabelecido o domínio colonial em toda a região do Niassa (bem como na Zambézia e em Nampula). Os chefes suspeitos de se terem revoltado ou de se terem colocado ao lado dos alemães foram presos e exilados.⁹ Mas só em 1929, no término da *Concessão*, é que os portugueses conseguiram efectivamente o controlo efectivo do planalto maconde.

A montagem da administração colonial

A 26 de Setembro de 1891 o Estado português concedeu a uma Companhia Majestática poderes soberanos sobre os territórios situados entre os rios Lúrio e Rovuma. Pela mesma ocasião foi suprimido o distrito de Cabo Delgado (Art.º 7 do Decreto de 1891, *Collecção da Legislação*, 1894). Distrito este onde o domínio português se limitava às Ilhas e ao litoral imediato, mas mesmo aqui com parcelas africanas independentes (*Companhia*, 1897:86-87). Quando a 27 de Outubro de 1894 Rolão Preto assinou o auto de posse dos territórios concedidos, Portugal não ocupava efectivamente aquelas terras. A área de ocupação efectiva

⁹ Arquivo Histórico de Moçambique (AHM) Cod. 11-4094, Ribáuê, 2.2.1919.

da concessão reduzia-se ao Ibo, Quissanga, Mocímboa e Túngué, que foram elevadas à categoria de concelho (*Companhia*, 1895:19). O do Ibo tinha a sua sede na Vila do Ibo, os de Quissanga e Mocímboa nas povoações do mesmo nome, e o de Túngué em Palma. A Companhia conservou no entanto as capitánias-mor de Arimba, Querimba, Memba e Túngué do regime anterior que existiam na área da nova divisão administrativa (*Idem*, 20). Estas capitánias visavam manter as populações locais fiéis à Coroa portuguesa. O cargo de capitão-mor recaía numa autoridade tradicional que, entre outras obrigações, acatava as ordens do administrador do concelho respectivo, recebia e protegia os súbditos e comerciantes portugueses e asiáticos que por ali passavam, auferindo, por estes serviços uma pequena gratificação.

Pela Carta, a *Majestática* obrigava-se a criar e a sustentar um corpo de polícia militar e um corpo de polícia aduaneira, ambas para actuarem em todo o território. Obrigava-se também a conquistá-lo e a administrá-lo. Como benefícios, a *Companhia* passou a ter o monopólio da colecta do imposto indígena, o monopólio dos direitos alfandegários, a exclusividade das transacções fundiárias, o direito de subconcessionar e de exercer actividades comerciais, mineiras, agrícolas e industriais.

Para tudo isto precisava de um aparelho administrativo e de uma governação local. Mas a conquista andou ao sabor dos conflitos regionais, dos conflitos entre o exército colonial português e as chefias africanas e, sobretudo, ao sabor das disponibilidades financeiras da própria *Companhia*. O embrião do aparato administrativo nas terras continentais foi surgindo com a ocupação efectiva, mas em muitos casos, foi posterior ao início da colecta do imposto de palhota, para a qual se serviam dos chefes africanos subordinados ou aliados, cujas ligações já vinham dos portugueses no período anterior e cujos tributos do tipo *msonko* já eram colectados. Esses mesmos portugueses, mestiços na sua maioria, não deixaram de facto de estar presentes, pois constituíam o grosso dos funcionários médios e inferiores da *Companhia* e os militares de patente das suas milícias. O Estado português acabou por manter no Ibo um resquício de aparelho judiciário e um *Intendente*, que apenas assegurava as relações entre a *Majestática* e Lisboa, na medida em que o governo português pertencia ao conselho

de gestão desta Companhia. Localmente, as forças policiais e de milícia e os funcionários administrativos eram dirigidos pelo governador da *Majestática* e pelo seu secretário-geral, directamente responsáveis perante o Conselho de Administração.

Em 1893 a Companhia publicou o seguinte mapa do território:



É um mapa muito interessante pela indicação de alguns “povos” (Mavia, Matambu, Uandonde, Ajaua ou Aiao, e Anguros), estradas, caminhos, povoações «importantes» ou mais pequenas (geralmente nomes de chefes da época).

Retenhamos a nossa atenção para o Mêdo e para o vale do rio Lúrio. O Mêdo surge como um território sem fronteiras precisas, povoado, mas sem indicação do seu povo, com povoações chefaís importantes que se situam ao longo das rotas do Índico para o Niassa, desde o Mogabo (Mugabu), a oriente, até ao Maúia, a ocidente, e do Macararia ao Mualia, e deste ao Moero (Muero), na rota assinalada atrás: de Maúia. Curiosamente, a margem norte do rio Lúrio aparece «vazia», coisa que

deixará de suceder na cartografia colonial a partir dos anos 20-30, com o repovoamento que aconteceu da área e o surgimento da chefatura dos Muegama (Medeiros, 1986), chefatura esta que passou a controlar a rota do contrabando escravista da foz do rio Lúrio e a rota de Pemba a Namapa, no distrito de Moçambique, por onde passava o tráfico ilegal de armas, pólvora e outros produtos.

Ora, as rotas e as povoações chefais assinaladas neste Mapa são as antigas rotas do comércio (ajaua) do marfim e posteriormente do tráfico de escravos, época em surgiram, como já assinalei, os grandes chefes muekoni e começou a formação da identidade étnica que designei Mêto (Medeiros, 1995, 2000).

A partir de 1900, a *Companhia do Niassa* passou a administrar o território a partir de Porto Amélia (actual Pemba), mais próximo do Mêto. No outro extremo da concessão, junto ao Lago, estava instalada a *Missão das Universidades para a África Central* (U.M.C.A.) Sempre que o capital inglês da *Companhia* era majoritário havia uma acomodação de interesses entre as duas partes e eram delimitadas sem conflito as esferas de influência económica, religiosa e administrativa nessa zona. Mas quando a *Companhia* era dominada pelo capital alemão ou quando, localmente, os funcionários da Majestática se tornavam mais opressivos, lá estava o *Foreign Office* e a administração local do Niassalândia para preservar a propriedade e os interesses da Missão. Os limites entre as terras da Missão e os territórios da *Companhia* eram muitas vezes difíceis de determinar, mas sempre foram reais enquanto a (U.M.C.A.) contou com o apoio dos Nianjas e com os aliados britânicos, mais fortes que a autoridade da *Majestática* e que os portugueses (Stuart, 1985: 30).

Em 1901, foram criados na faixa costeira e Ilhas os concelhos de Tungue, Mocímboa, Quissanga, Ibo e Pemba; no interior, os concelhos do Mêdo e Metarica; e na região dos Lagos, os de Amaramba, com sede em Mandimba, e o do Lago, com sede em Metangula (*Companhia*, 1902: 4 e 5).

Em 1904 foi criado o concelho do Lúrio (*Companhia*, 1905:4) e, no ano seguinte, montou-se o posto de Mecúfi (*Companhia*, 1906:4). Em

1906 e 1907, criou-se o posto militar de Mahua [Maúia] (*Companhia*, 1907:5), com vista à conquista do Mataka. Em 1909 criaram-se os postos militares de Pemba, e Mecúfi, no concelho do Lúrio (*Companhia*, 1910: 31-32). Em 1912, foi fundado o posto de Malema, na actual província de Nampula, iniciando-se a ocupação da zona sul do Alto Lúrio, na região de fronteira com a província do Niassa, que prosseguiu com a criação em Agosto de 1914 do posto administrativo de Mutuali.

Em 1919 os territórios da *Companhia* passaram a estar divididos em onze áreas administrativas (Concelhos), das quais, o Concelho do Lúrio (Postos do Lúrio, Vena e Chiure), o Concelho de Pemba (Postos de Metuge, Ankuabe, Pomune, Namecala e M'rebué); o Concelho do Mêdo (Postos de Montepuez, Msalu, Mesa e Mloko); o Mêdo abrangia toda a vasta área que ia das terras do chefe Mogabo (Mugabu), em Ancuabe, até ao rio Lureco, sem limites bem definidos a Norte e a Sul. Montepuez era a sede e os Postos citados situavam-se nas terras do Mualia, em Massangano e Iaparata. Em Montepuez, o chefe Muera da altura mantinha boas relações com os colonos, enquanto o Mualia, para os lados de Balama, atacava os representantes da *Companhia*; os outros chefes *ekoni* também resistiam activamente à implantação colonial. Só em 1920 foi criado o concelho de Mahua, (Maúia), que, aliás, viria a ser extinto em 1923. Deste modo, os espaços étnicos foram parcialmente transformados na primeira fase do período colonial, embora a maioria não tenha mudado totalmente.

Voltemos ao mapa de 1893. Ele está incompleto para essa data pois não menciona os Muanes (Mwani) no litoral de Quissanga e Ilhas Quirimba, os Mêto, no Mêdo, os Chaca, Erátis, e Maraves no baixo Lúrio, de um e outro lado do rio, os Nianja no Lago. Mas menciona os Anguros que se dissolverão (administrativamente falando) na hegemonia Lómuê da alta Zambézia. Mas o mapa apresenta os Uandonde, Matambu e Mavia que foram «transformados» em Macondes no planalto que lhes deu o nome, e nalgumas bolsas de Angones nas terras do rio Messalo. Com a implantação administrativa começou a assistir-se lentamente à “tribalização” oficial das «etnias», as que foram consideradas pelo colonizador.

No entanto, à revelia desse mesmo colonizador, manteve-se a totalidade dos antigos clãs e o sistema linhageiro no território, independentemente dessa «tribalização». E foi a permanência desta malha clânica que possibilitou novas lógicas identitárias, como ela o tinha permitido ao longo dos séculos. Recordemos que pelo menos desde os séculos XII-XV os povos que muito mais tarde no século XX foram designados «macuas» ocupavam já e definitivamente as terras do vale do rio Lúrio e de Montepuez, em contínua expansão para as terras baixas do litoral Índico, menos propício à agricultura de sequeiro e à colecta. Todas estes povos eram profundamente segmentários a nível da organização clânico-linhageira, mas ao longo da sua história de mais de cinco séculos surgiram identidades locais e chefias políticas que o comércio do marfim, escravos e o capital comercial da segunda metade do século XIX ajudaram a engendrar. Estas entidades (e identidades) étnicas só muito lentamente e muito recentemente começam a ser conhecidas, embora nalguns casos tivessem sido assinaladas pela cartografia mas ignoradas pelos etnólogos. E foi a partir da ocupação e montagem tardia do aparelho administrativo e da progressiva mudança da economia colonial que se interrompeu a formação identitária Mêto, “substituída” pela homogeneização missionária e administrativa do «mundo» macua no sul de Cabo Delgado, no sul do Niassa e no distrito de Moçambique. Mas mesmo assim, com novas reformulações sociais regionais cujo estudo sai do âmbito deste artigo. Retenhamos apenas a questão dos regulados.

A longa gestação dos regulados coloniais até 1942.

A conquista e a ocupação coloniais foram destruindo o poder e a organização político-territorial dos grandes *mamwene* do Mêto, como Mualia, Mugabu, Mueri, Cuamba, Petécula e Muegama,¹⁰ de entre outros no médio e alto Lúrio, “que dispunham de uma organização política

¹⁰ Assinalo que estes nomes, assim como os de outros que tenho vindo a mencionar, são nomes dinásticos, cada chefe do momento tem o seu próprio, mas tomando também o nome dinástico quando é investido. Por isso, quando se lê, por exemplo, Mualia fez a guerra, ou Mueri auxiliou os portugueses, foi um dado Mualia e um dado Mueri.

semi-feudal poderosa, governando numerosos súbditos e vastas regiões” (Vilhena, 1905:95). Se o grande chefe vencido tinha uma autoridade fictícia sobre os seus súbditos, ou se, exercendo-a, tivesse sido cruel, era substituído e as suas terras divididas entre régulos menores, como no caso do Mugabu, Mualia e Mueri (Vilhena, 1905:94), transformando deste modo chefes menores e respectivas terras em régulos e regulados. É notável esta informação de Vilhena que acrescenta: «os regulados, assim criados, tanto num caso como noutra, passaram a ter chefes reconhecidos pelo colonizador que cobravam o imposto sob fiscalização da *Companhia*» (Vilhena, 1905:95). Nos regulados criados no «reino» do Mualia e no do Mugabu, o governo colonial «exercia-se segundo as puras regras indígenas, com o acompanhamento da servidão do vencido, e todas as atrasadas regras peculiares aos povos africanos; nos outros agrupamentos da costa, e embora fosse feita toda a diligência para conservar nos chefes uma certa autoridade, de que pudéssemos aproveitar no exercício da nossa administração, a verdade é que os indígenas, iam, pouco a pouco, fugindo ao laço comum da tribo e do regulado» (Vilhena, 1905:88). Noutros casos, a administração portuguesa e da *Companhia* mantiveram, «dentro do possível e com os ajustamentos que se impuseram, a divisão territorial [das chefaturas] sob a designação de regulados, mais tarde de regedorias. Nos ajustamentos que se foram fazendo nem sempre houve, porém, o cuidado que o problema requeria o que determinou, em alguns casos, o estabelecimento de uma espécie de hierarquia paralela: a reconhecida pela Administração colonial e a hierarquia aceite pela população, o que por vezes causava compreensíveis complicações» (Amaral, 1990:136). Isto é, até cerca dos anos 40 do século XX a malha política administrativa colonial representada pelos geógrafos não coincidia frequentemente com a malha política africana que se foi mantendo e nalguns casos reforçando com o Islão, como no vale do Lúrio e no Méto.

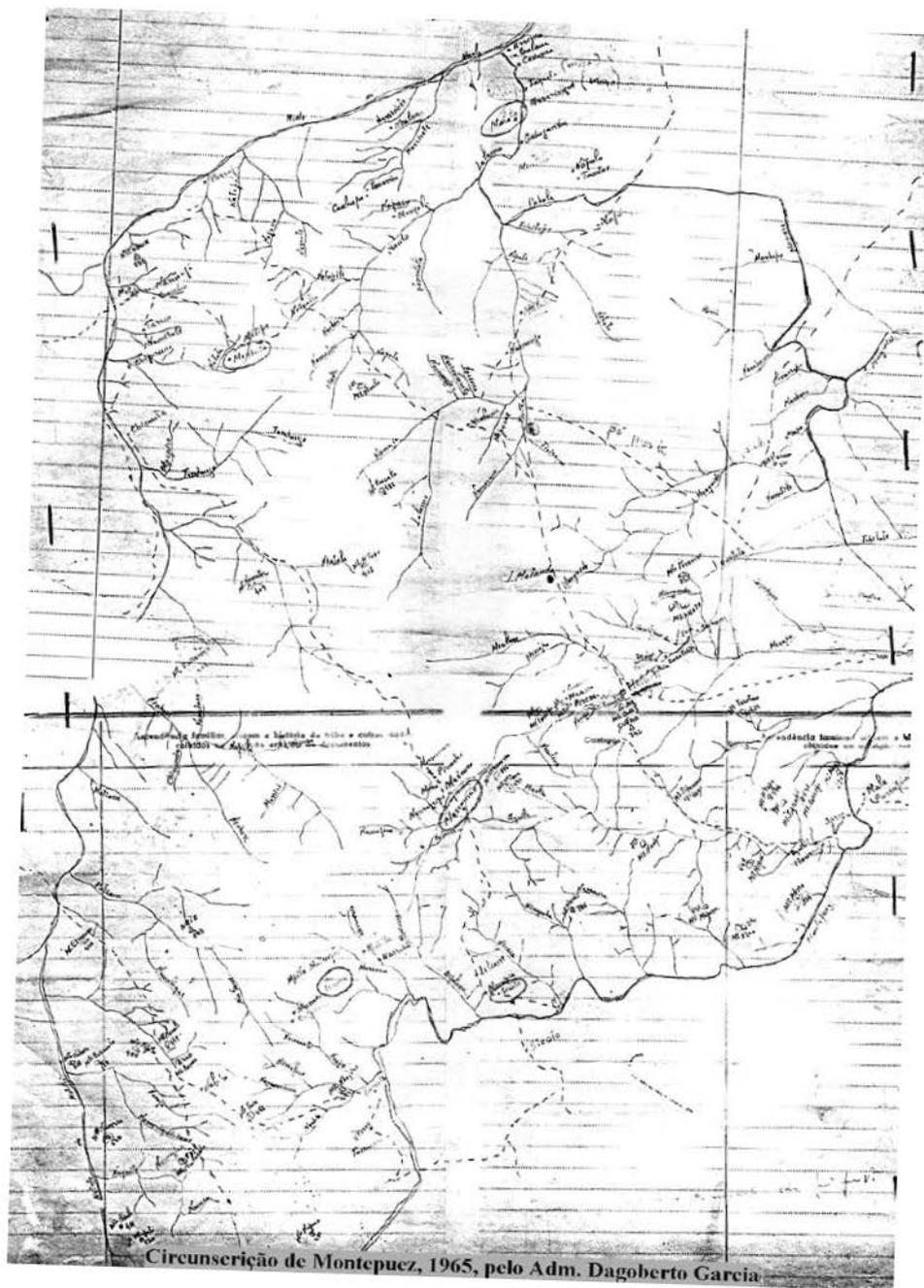
O regulado colonial ou regedoria passou pois a ser uma circunscrição territorial bem definida, englobando, normalmente, vários chefes de grupo de povoações, cada uma destas com a respectiva chefia. O régulo era simultaneamente o chefe da sua própria povoação e, por vezes, também do seu grupo de povoações. O grande chefe tradicional que continuava a ser reconhecido pela população mantinha o seu

poder através da malha clânica, e podia ser, aos olhos do colonizador um régulo ou um simples chefe de povoação.

Mas não obstante a rigidez de ambas as hierarquias, sobretudo a da administração colonial, as povoações mantinham um acentuado cunho de autonomia dado que a estrutura tradicional era dependente, quisesse o colonizador ou não, da estrutura clânica e linhageira de cada comunidade. Podia mesmo suceder que, do ponto de vista da hierarquia clânica, um chefe de grupo de povoações fosse mais importante e tivesse mais prestígio político que o próprio régulo.

Apesar de tudo, com o estabelecimento das normas coloniais as funções governativas dos chefes tradicionais foram cessando e foram sendo «apoderadas» pelos régulos que não eram legítimos chefes aos olhos da tradição, mesmo quando a sucessão provocava com frequência antagonismos entre irmãos do defunto e sobrinhos, e não raras vezes estes antagonismos davam origem ao desmembramento do regulado ou dos grupos de povoações, sem que o colonizador se apercebesse disso, e quando se apercebia criava nova divisão administrativa a nível dos regulados e suas divisões (Vd a seguir o mapa que fez dessa divisão em Montepyuez o administrador Dagoberto Garcia). Mesmo assim, a partir de 1942, à medida que aumentava o poder administrativo dos régulos, sob coberto da tradição, ia diminuindo o poder tradicional. De facto com o estabelecimento das normas coloniais, as funções governativas dos chefes tradicionais cessaram, apesar da população continuar a ver nos chefes tradicionais os seus verdadeiros governantes, sujeitos, sim, a uma autoridade superior, mas longínqua e de presença insuficientemente materializada. Estas carências de dominação foram-se porém atenuando com o tempo. À medida que aumentava o poder administrativo dos régulos, sob coberto da *administração colonial* diminuía ou transformava-se o poder tradicional africano.

Só na segunda metade de sessenta a administração colonial elaborou o mapa clânico do Distrito de Moçambique, e por conseguinte da margem sul do rio Lúrio, mas com prolongamento até ao rio Messalo, em Cabo Delgado (Branquinho, 1969), e elaborou também uma *Carta Étnica de Moçambique* (Serviços de Centralização e Coordenação de



Montepuez 1965, Garcia

Informações de Moçambique (SCCIM), 1969 [?]), curiosamente com indicação de identidades ditas «tribais» que até então tinham passado despercebidas ao colonizador. Mas já fora do tempo.

Breves considerações finais

A cartografia colonial mais antiga da região que tratei neste artigo apresenta-nos elementos muito interessantes para a análise etnológica (Santos, 1988, 2^a ed., Cahen, 2002), mas, exceptuando Jorge Dias e sua equipa (1964-1970) para o planalto Maconde, cuja interpretação e conclusões deverão aliás ser reavaliadas, ela não produziu um novo conhecimento etnológico. Os administradores e missionários (etnólogos) da época colonial mais recente elaboraram os seus próprios mapas (locais), ou debruçaram-se sobre os existentes (Santos, 1951, Silveira, 1943, Pinhal, 1971) de acordo com as suas funções e interesses, como o apresentado mais acima de Dagoberto Garcia (1965), o referido mapa clânico de Branquinho (1969) e o *Mapa Étnico de Moçambique* do SCCIM. Todavia a Antropologia pós-colonial não tem sabido explorá-los, nem uns nem outros, quer naquilo que são pistas importantes de investigação, quer nas lacunas que apresentam e deverão também merecer a interrogação dos investigadores. Exceptuamos aqui o trabalho da equipa de Cahen (2002). Foi meu propósito mostrar neste artigo aspectos do complexo tecido social e cultural na longa duração do vale do baixo Lúrio e de Montepuez, no sentido de permitir algumas interrogações etnológicas à cartografia existente.

Bibliografia

ADAMOVITTCHE, Leonardo

1985 – Report and comments on the progress of CIPRIANA 81/85, Archaeological research project, in Nampula province. Maputo, Faculdade de Letras/Departamento de Arqueologia e Antropologia (DAA), “Textos para Debate”, n° 6, Abril, 1985.

1987 – Contribuição para o conhecimento da Arqueologia entre os rios Lúrio e Ligonha, Província de Nampula, in: *Trabalhos de Arqueologia e Antropologia* (Maputo/UEM/DAA), n°3, Junho de 1987: 45-144.

ARQUIVO HISTÓRICO DE MOÇAMBIQUE - (AHM) Cod. 11-4094, ordem de Ribáuê, 2.2.1919.

AMARAL, Manuel Gama

1990 – *O povo Yao*. Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical.

BRANQUINHO, José Alberto Gomes de Mello

1969 – *Prospecção das forças tradicionais do distrito de Moçambique*. Lourenço Marques, Serviços de Coordenação e Centralização de Informações, 1969. Policopiado, pp. 252-253, com 1 mapa clânico [Arquivo Histórico de Moçambique (AHM), n° 20 S.E. 2 III].

CAHEN, Michel, Philippe Waniez, et Violette Brustlein

2002 – Pour un atlas social et culturel du Mozambique, in *Lusotopie. Enjeux contemporains dans les espaces lusophones*, vol. Annuelle, Paris, Karthala, 2002: 305-362.

CAPELA, José

2006 – CAPELA, José - «Como as Aringas de Moçambique se transformaram em Quilombos», *Tempo* (Departamento de História da Universidade Federal Fluminense) n° 20, Janeiro-Junho 2006: 83-108.

COLLECÇÃO da Legislação novíssima do Ultramar (**1891**). Lisboa, 1894, Vol. XIX

COMPANHIA DO NYASSA

1895 – *Relatório e contas apresentadas à Assembleia Geral ordinária de 6 de Junho de 1895*. Lisboa.

- 1897** – Decretos, portarias, regulamentos e mais diplomas relativos à COMPANHIA DO NYASSA. Lisboa.
- 1902** – *Relatório e contas apresentadas à assembleia geral ordinária de 31 de Maio de 1902*. Lisboa.
- 1905** – *Relatório e contas apresentadas à assembleia geral ordinária de 31 de Maio de 1905*.
- 1906** – *Relatório e contas apresentadas à assembleia geral ordinária de 31 de Maio de 1906*.
- 1907** – *Relatório e contas apresentadas à assembleia geral ordinária de 31 de Maio de 1907*.
- 1910** – *Relatório e contas apresentadas à assembleia geral ordinária de 31 de Maio de 1910*.

CONCEIÇÃO, Rafael da

- 1993** – *Entre mer et terre*. Paris, Universidade de Paris VIII.
- 2006** – *Entre Mar e Terra* (Tradução portuguesa do título precedente publicada em Maputo pela PROMÉDIA).

CORRÊA, A. E. Pinto

- 1940** – *Província do Niassa. Inspeção aos serviços administrativos e dos negócios indígenas. Relatório da Inspeção ordinária às circunscrições do distrito de Moçambique, 1938-1940; e territórios que foram da Companhia do Nyassa, Vol.II, p. 254* [AHM, Funda da Administração Civil. 1940].

DIAS, Jorge *et al*

- 1964-1970** – *Os Macondes de Moçambique*. Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 4 Vols. Reedição de **1998** (1º Vol.), pela Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa, com uma Introdução de Rui M. Pereira.

GEFFRAY, Christian.

- 1984** – *Structure lignagère, économie domestique et développement rural dans le district du Erâti. Rapport n° 1: Structures precoloniais*. Maputo, DAA/Universidade Eduardo Mondlane.

1985 – Rapport n° 2: Identification des groupes sociaux et principaux status. Éléments sur l'organisation territoriale de a paysannerie. Maputo, DAA/UEM. Mimeo.

IVALA, Adelino Zacarias

1993 – *Transformações Sócio-Políticas no Alto Lúrio: o caso do Regulado de Umpuhua, c. 1850-1933*. Maputo, Departamento de História/Faculdade de Ciências Sociais/Instituto Superior Pedagógico, Tese de Licenciatura em Ensino da História e Geografia, sob a orientação de Eduardo Medeiros.

JOÃO, Benedito Brito

1989 – *Abdul Kamal (1892-1966) et l'histoire du Chiúre aux XIXe et XXe siècles. Étude sur la chefferie traditionnelle, les réseaux islamiques et la colonisation portugaise*. Paris, EHESS, Mémoire d'Histoire et Anthropologie dirigée par M. Elikia M'Bokolo, Agosto de 1989.

1993 – Factores de reorganização das chefaturas no Norte de Nampula e Sul de Cabo Delgado na segunda metade do século XIX, in *ARQUIVO*, revista do Arquivo Histórico de Moçambique, n.º 14, Outubro de 1993: 175-184.

JOHNSON, Harry H.

1897 – *British Central Africa, the territories under british influence north of the Zambezi*. London: Methuen & C°.

LIESEGANG, Gerahrd

1998 – Territorialidades sociais e identidades com referência a Moçambique, in: Carlos Serra (Dir.), *Identidade, Moçambicanidade, Moçambicanização*. Maputo, Livraria Universitária, Universidade Eduardo Mondlane, 1998: 99-159.

LIVINGSTONE, David et Charles

1881 – *Explorations du Zambèse et de des affluents et découverte des lacs Chiroua et Nyassa: 1858-1864*, par David et Charles Livingstone. Paris: Librairie Hachette, 1881.

MAPLES, Chauncy

1897 – *A sketch of his life, with selections from his letters*. London, Longman's, Green and C^a.

MEDEIROS, Eduardo

- 1986** – «A chefatura dos Megama do Chiúre: contexto económico e político da sua formação», in: *Cadernos de História* (Maputo), n.º 4, Maio de 1986, pp.21-27. (Arquivo Histórico de Moçambique - AHM bB 894).
- 1995** – Etnias e Etnicidades em Moçambique: Notas para o estudo da formação de entidades tribais e étnicas entre os povos de língua(s) emakhuwa e elómwè e advento da etnicidade macua e lómuè, in: *Cientistas Portugueses Residentes no Estrangeiro*. Aveiro: Fundação Jacinto de Magalhães, 1996:107-127.
- 1996** – «Abdul Camal – O Megama do Chiúre», in: SAVANA (Maputo, Ano III, n.º 113, de 15 de Março de 1996, páginas centrais).
- 1997** – *História de Cabo Delgado e do Nyassa (c.1836-1929)*. Maputo, Central Impressora) [«Macua-Meto» e a «Recuperação das chefias tradicionais pela administração colónia»].
- 2000** – «Reestruturação do poder político Makhuwa-Mmetthu sob o domínio da Companhia do Nyassa, 1894-1929», in: Santos, Maria Emília (Dir.) *A África e a Instalação do Sistema Colonial (c. 1885-c. 1930)*. Lisboa, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, 2000, pp. 311-329 [Actas da IIIª Reunião Internacional de História de África].
- 2001** – *A historiografia moçambicana e a questão étnica*, comunicação ao III Congresso de Estudos Africanos no Mundo Ibérico. Lisboa, Fundação C Gulbenkian, 11-13 de Dezembro 2001.
- 2002** – «A escravatura no norte de Moçambique: formação de novos espaços e entidades políticas na segunda metade do século XVIII e durante o século XIX», in: *Escravatura e transformações culturais* (África-Brasil-Caraíbas), Org. Isabel de Castro Henriques. Lisboa, Vulgata, pp. 211-231. Col. Tempos e Espaços Africanos.
- 2006** – *Chefias africanas, Islão e nacionalismo no Sul de Cabo Delgado, c. 1919-1974*. Não publicado.

NEWITT, Marlyn

- 1997** – *História de Moçambique*. Lisboa, Publicações Europa-América, 1997 (trad. portuguesa de *A History of Mozambique*, **1995**, por Lucília Rodrigues e Maria Georgina Segurado).

PEDRO, Martinho

1995 – *A conjuntura da Reestruturação das Autoridades Tradicionais no sul do Médio Lúrio, c. 1834-1921*. Maputo, Departamento de História/Faculdade de Ciências Sociais/Instituto Superior Pedagógico, Tese de Licenciatura em Ensino da História e Geografia, sob orientação de Eduardo Medeiros.

PÉLISSIER, René

1984 – *La Naissance du Mozambique. Résistance et révoltes anticoloniales (1854-1921)*. Orgeval, Edition de l'Auteur, 1984, Tome I, 393p, Tome II, 405-883p. Tradução portuguesa: *História de Moçambique – Formação e oposição (1854-1918)*. Lisboa, Editorial Estampa, vol., I, 1987, 506p, vol. II, 1988, 609p. Col. Imprensa Universitária, n.º 61 e 62.

PIMENTEL, Francisco Alexandre Lobo.

1927 – Relatório sobre usos e costumes no Posto Administrativo de Chingá, apresentado ao governador do distrito de Moçambique, em 13.11.1927. Texto transcrito por Eduardo Medeiros e Gerhard Liesegang. [AHM]

PINHAL, Euclides Mendes

1971 – *Aspectos da divisão e ocupação administrativa em Moçambique a norte do Zambeze, 1885-1910*. Lisboa, ISCSPU, 1971

SANTOS, António Policaro de Sousa

1951 – *Relatório da Inspeção ordinária do Distrito de Cabo Delgado, 1950-51*. [AHM]

SANTOS, Frei João dos

1999 (1609) – *Ethiopia Oriental e vária história de cousas notáveis do Oriente*. Introdução de Manuel Lobato. Notas de Manuel Lobato e Eduardo Medeiros. Fixação do texto por Maria do Carmo Guerreiro Vieira (coord.), Célia Nunes Carvalho e Maria Amélia Rodrigues Coelho. Lisboa: CNCDP, 1999. Coleção Outras Margens. 8º, orig. illus. wrps. 759 pp. ISBN: 972-8325-76-2.

SANTOS, Maria Emília Madeira

1988 [1976] – *Viagens de exploração terrestre dos portugueses em África*. 2ª Edição. Centro de estudos de História e Cartografia antiga.

Lisboa. 1988. In-8º gr. de 422 págs. Obra com ilustrações e diversos mapas.

SILVEIRA, C. H. Jones da

1943 – *Província do Niassa. Relatório e Documentos*. (1ª Parte), 1943. [AHM].

STUART, Richard

1985 – Os Nyanja, o U.M.C.A., e a Companhia do Niassa, 1880-1930, in *Revista Internacional de Estudos Africanos*, n.º 3, Janeiro-Dezembro de 1985: 9-44.

VILHENA, Ernesto Jardim de

1905 – «A Influência islâmica na costa oriental d’Africa. Segunda parte: do meado do século XVIII até ao presente», in: *A Companhia do Nyassa: Relatórios e memórias sobre os territórios*. Lisboa, Typographia da “A Editora”, 1905 (Vol.III), pp. 278-325 [AHM B 180]